



Movimento dos Trabalhadores Desempregados em Campinas/SP: o caso da ocupação Joana D'Arc

Unemployed Workers Movement in Campinas/SP: the case of Joana D'Arc occupation

Jean Lucas Macedo Fernandes – Doutorando em Ciência Política, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP). E-mail: jeanlucasmf@gmail.com

Maria Vitória de Almeida – Doutoranda em Ciência Política, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP). E-mail: marividealmeida@gmail.com

Bárbara Pereira Pedro – Graduada em Ciências Sociais, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP). E-mail: bapp@hotmail.com

Resumo

O artigo analisa a ocupação Joana D'Arc, onde atua o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) em Campinas/SP, entre 2013 e 2018. Foram realizadas observações e entrevistas, sob a ótica da Teoria do Processo Político (TPP), que fornece ferramentas conceituais para se pensar a mobilização política. De acordo com esta perspectiva, a coordenação entre os ativistas é crucial para produzir um ator coletivo – afinal, os agentes coletivos se formam em interação solidária durante o próprio processo. Assim, temos como hipótese que o MTD ganhou força enquanto ator coletivo a partir dos diversos confrontos com os órgãos públicos. A pesquisa de campo analisou as relações dos atores mais de perto, colaborando para a conclusão de que o MTD estabelece diversas tensões com o Estado. O movimento traz uma nova perspectiva sobre a questão habitacional e do direito à moradia digna em Campinas.

Palavras-chave

Movimentos Sociais. Movimento de Moradia. Habitação. Campinas.

Abstract

This article analyzes the occupation of Joana D'Arc, the basis of Unemployed Workers Movement (MTD, in Portuguese) in Campinas/SP, between 2013 and 2018. Observations and interviews were carried out, from the perspective of Political Process Theory (IPP), which provides important conceptual tools to think about political mobilization. According to this perspective, the coordination among the activists is crucial to produce a collective actor - the collective agents are formed in solidary interaction during the own process. In this sense, we hypothesize that the MTD gained strength as a collective actor from the various conflicts with public agencies. The field research allowed to analyze the relations of the actors more closely, collaborating to the conclusion that the movement establishes several tensions with the public organs. Thus, the movement brings a new perspective on the housing issue and the right to decent housing in Campinas.

Keywords

Social Movements. Housing Movement. Housing. Campinas City.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar um panorama da trajetória do MTD em Campinas, com enfoque na ocupação Joana D'Arc. A fim de sistematizar as informações e as observações em torno do tema, buscamos destacar o conflito entre o poder público e o movimento, sobretudo em meados da década de 2010.

O Plano Habitacional de Campinas registrou, desde o início dos anos 2000, mais de 1.000 famílias participando de processos de ocupação na região¹. Ainda segundo a mesma cartilha, foi criado, por meio do Decreto nº 16.920/2010, o Grupo de Contenção de Ocupações, Parcelamentos Clandestinos e Danos Ambientais, que conta com representantes do Gabinete do Prefeito, da Secretaria Municipal de Urbanismo (SEMURB), da Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SMSP) e da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), e é coordenado pelo representante da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB). Este grupo tem como objetivo frear novas ocupações e a implantação de parcelamentos clandestinos, bem como zelar pelo crescimento ordenado do município. No ano de sua criação, o Grupo conseguiu evitar a consolidação de 70 ocupações, segundo o Plano Municipal de Habitacional de Campinas (CAMPINAS, 2011, p. 329-330).

O Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) frente ao cenário instaurado na cidade de Campinas teve por objetivo, por meio da ocupação Joana D'Arc, pressionar o poder público a sanar o *déficit* habitacional da população de baixa renda e reaver as políticas públicas habitacionais do município. É a partir desta meta do movimento que se constrói o eixo orientador das pesquisas e da produção deste trabalho.

Para uma visão mais analítica e teórica da questão, lançaremos mão da Teoria do Processo Político (TPP) e de seus respectivos conceitos centrais (repertórios e *frames*) (TILLY, 1995; TARROW, 2009), a fim de compreender melhor a mobilização empreendida pelos membros do MTD. Serão utilizados, também, outros conceitos importantes, como o de “sociedade civil” e de “espaços públicos”, que remetem às questões de interesses públicos reivindicadas pelos movimentos sociais. Todos eles, no geral, conformam um quadro que nos permite apreender melhor a própria noção de cidadania e da luta pelo aprofundamento da democracia (DAGNINO *et al.*, 2006). Este artigo tem como hipótese de pesquisa que os ativistas da ocupação Joana D'Arc do MTD ganharam força

¹ O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, aprovado em 8 de agosto de 2011, pelo Conselho Municipal de Habitação, foi elaborado com base nas diretrizes da Lei Federal nº 11.124/2005 e do Plano Diretor do Município (CAMPINAS, 2011).

e proeminência de atuação enquanto atores coletivos a partir dos diversos confrontos e diálogos com os órgãos públicos, na cidade de Campinas.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: primeiramente, trataremos do debate teórico em torno da TPP e dos respectivos conceitos que consideramos relevantes para a compreensão do quadro da ocupação Joana D'Arc. Na sequência, procuramos trazer um breve histórico do MTD no Brasil e das discussões por ele pautadas, em torno de questões como o desemprego estrutural e o acesso à moradia digna. Logo depois, especificamos o caso do MTD em Campinas, destacando a ocupação Joana D'Arc e os conflitos travados com os órgãos e os representantes públicos. Serão estabelecidas também relações entre o debate teórico e o caso do MTD-Campinas, a partir das observações *in loco*. Realizamos sete visitas ao local da ocupação e, nessas, participamos de atividades diversas como cirandas, rodas de conversa e capacitações. Além das observações, quatro entrevistas semiestruturadas realizadas com moradores e lideranças da ocupação foram realizadas², dando mais insumos para as análises.

As entrevistas foram feitas durante o mês de novembro de 2013, com lideranças e moradores da ocupação. As informações utilizadas no trabalho foram adquiridas por meio dos relatos, a partir de um roteiro com questões orientadoras e também com conversas informais. As entrevistas semiestruturadas duraram em torno de duas horas cada e não puderam ser gravadas. Todas elas foram realizadas na ocupação Joana D'Arc, o que permitiu o conhecimento das formas de ocupação e organização do movimento. Lançamos mão, também, da metodologia da observação participante para analisar a mobilização e área de ocupação do MTD em Campinas.

Outra importante fonte utilizada foi a reunião realizada entre o Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (NEPAC) com integrantes do MTD e representantes de outras entidades civis e movimentos sociais, em 5 de novembro de 2013, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da UNICAMP. Em 12 de novembro de 2013, ocorreu o seminário “Despejos e Violações do direito à moradia em Campinas: realidades e alternativas”, também realizado no mesmo local e organizado pelo NEPAC. Estes momentos de relatos e denúncias acerca da questão da habitação em Campinas contaram com representantes do poder público, acadêmicos, lideranças

² Todos os entrevistados tiveram seus nomes ocultados e substituídos por nomes fictícios, para garantir o sigilo. Um roteiro básico foi desenvolvido com perguntas que contemplavam tanto a atuação das lideranças entrevistadas no MTD local quanto seus entendimentos sobre o movimento de forma mais ampla, em outras cidades e estados. Em linhas gerais, as entrevistas seguiram o seguinte percurso: i) dados pessoais dos entrevistados; ii) informações sobre o MTD no Brasil; iii) informações sobre o MTD em Campinas; iv) comentários e percepções sobre a Ocupação Joana D'Arc.

de movimentos sociais e entidades civis, assentados e moradores de ocupações. Tornou-se um evento fundamental para este trabalho, trazendo informações sobre a atuação dos movimentos de moradia em Campinas, com ênfase no caso da ocupação Joana D'Arc.

1 DEBATE TEÓRICO: A TEORIA DO PROCESSO POLÍTICO (TPP) E SEUS CONCEITOS

A perspectiva teórica adotada se insere nas discussões propostas pela TPP, corrente que surge em contraposição à Teoria da Mobilização de Recursos (TMR)³, predominante até meados dos anos 1970. A TPP se afasta de explicações deterministas acerca da ação coletiva (foco analítico da TMR), procurando combinar as dimensões da cultura e da política nos estudos dos movimentos sociais (ALONSO, 2009). A teoria do processo político parte de premissas essencialmente derivadas da escolha racional. Salvas as devidas particularidades e apropriações desta teoria nos estudos de movimentos sociais, é possível dizer que McAdam, Tarrow e Tilly (2009) enfatizam o ator racional (*player*) e as estratégias que este ator (em geral, coletivo) lança para pleitear suas demandas. Contudo, os autores avançam na problemática e nos coloca um elemento analítico crucial: o contexto, tanto político quanto cultural. Não se trata, portanto, de apenas tratar o ator coletivo como dotado de racionalidade e estratégia, mas também de situá-lo nas interações que realizam com o meio, ao longo do tempo (MEYER, 2004).

Ao tornarem os movimentos uma categoria historicamente formada, Tilly e Tarrow (2007) e Tarrow (2015) nos dão uma poderosa ferramenta para apreendê-los. Uma vez que o confronto político se dá nas interações com a arena governamental, podemos problematizar a ação dos movimentos sociais perante os regimes políticos estabelecidos. Dito de outra forma: os regimes são centrais para pensarmos como vai sendo constituído o embate dos movimentos com o Estado, pois a utilização dos repertórios pode variar, a depender do quão democrático for o governo. A própria esfera institucional, tão importante para os dois autores, poderá ser mais ou menos “palco” da ação dos movimentos, dependendo do quão permissivo for o Estado para a entrada de *outsiders* e suas pautas. Afinal, como pontua Tarrow (2015), são as interações entre governo e

³ A TMR focaliza seus estudos em compreender os fatores que levam atores a participar de processos de mobilização. De acordo com esta abordagem, a decisão dos atores de agir é um ato de deliberação individual, resultado de um cálculo racional entre os benefícios e custos da ação. Ademais, para a TMR, a ação coletiva só se viabiliza na presença de retorno de recursos materiais (financeiros e de infraestrutura) e humanos (ativistas e apoiadores) como o resultado da ação (ALONSO, 2009, p. 52).

atores políticos que produzirão as oportunidades para a formação do confronto. Portanto, não estamos falando de objetos racionais atuando “no vácuo”, como a escolha racional clássica desenha, mas, sim, de contextos (sobretudo políticos) que recortam a atuação dos grupos de interesses.

Segundo McAdam (1982), a TPP abarca processos inteiros dos movimentos sociais – e não apenas particularidades. Para o autor, esta teoria se concentra na relação entre “poder estrutural” e os que se sujeitam a ele, e na insurgência que pode surgir das transformações da consciência destes submetidos. Isso nos leva a uma distinção conceitual interessante para pensar nosso objeto – o MTD. A diferença entre aqueles que estão dentro da *polity* (membros), e os que a desafiam e querem entrar para o sistema (*challengers*), ajuda-nos a clarear o local de cada peça no tabuleiro que se monta ao longo dos processos políticos em que o movimento está incluído.

Segundo a TPP, a coordenação entre os atores coletivos é dependente da solidariedade, que só é capaz de gerar ação quando conta com *estruturas de mobilização*⁴. Tais estruturas se referem aos recursos formais e informais dos quais lançam mão os movimentos sociais, em suas lutas e dinâmicas cotidianas. A mobilização está assentada em um conflito entre partes, ou seja, em momentos de interação continuada entre os “detentores do poder” (membros da *polity*) que têm determinado controle ou acesso ao governo que reage às mobilizações dos “desafiantes” que visam ter acesso ou reivindicam os recursos controlados pela *polity* (ALONSO, 2009).

McAdam, Tarrow e Tilly (2009, p. 12) destacam que podemos incluir a interação coletiva no confronto na medida em que: (1) ela envolve o confronto, ou seja, faz reivindicações vinculadas a outros interesses e (2) pelo menos um grupo de interação é um governo, isto é, uma organização que controla os principais meios de coerção concentrados em um território definido. Os movimentos sociais são vistos, então, como desafiantes do sistema político, opostos às instituições e atores que detêm o poder⁵. Neste sentido, a mobilização baseia-se num conflito entre as partes, numa delas refere-se ao aparelho do Estado e outra fala em nome da sociedade civil.

⁴ Para a TPP, a mobilização só configura movimento social diante de oportunidades políticas favoráveis. Nesse sentido, prioriza-se “uma estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos, que delimita as possibilidades de escolha dos agentes entre cursos de ação” (ALONSO, 2009, p. 56).

⁵ Entretanto, cabe aqui uma ressalva importante e que estará presente no decorrer do trabalho: a autonomia dos movimentos sociais e a sua oposição aos detentores do poder não significa que eles não se relacionam com o Estado e as instituições de poder. Ambas as dimensões (autonomia política e abertura de diálogo institucional) podem coexistir.

No interior da TPP, o conceito de “repertórios de ação dos movimentos” é central. Assim sendo, Tilly (1995, p. 26) o define como “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha”. Desta definição, podem ser retirados alguns pontos importantes.

Primeiramente, o repertório é sempre plural: trata-se de um conjunto de rotinas e práticas de interações conflitivas que podem variar de acordo com a conjuntura existente e os atores com os quais o movimento se relaciona. Em segundo lugar, cabe destacar que não é infinito: ele emerge das lutas e conflitos sociais travados pelos movimentos com seus oponentes, tornando-o assim parte da cultura e das tradições da sociedade em que se insere. Ele é peculiar a uma estrutura de conflito existente, e não a um ator coletivo em específico, apenas. O repertório, portanto, pode se repetir em diferentes movimentos sociais e se legitima com o tempo.

Em terceiro lugar, apesar de sua persistência no tempo, o repertório também abre a *possibilidade da inovação*, articulando-a com a tradição de mobilização colocada pelos movimentos. Por fim, diante dos aspectos citados acima, pode-se depreender o repertório como um *jogo*, tanto entre o novo e o velho (em termos de inovação e manutenção da tradição), quanto entre os diferentes atores que se inserem na disputa política, os quais mobilizarão diferentes repertórios para que suas pautas avancem e se consolidem. Neste ponto, há uma aproximação do conceito com uma metáfora teatral: o repertório enquanto *performance*, com dois atores interpretando seus respectivos papéis e articulando-os com o papel de seus opositores ou com os quais se estão estabelecendo interações.

Um caso exemplar, e que nos ajuda a esclarecer o conceito de repertório, é o do movimento de moradia, em São Paulo. A partir de 1997, o movimento passa a ocupar prédios vazios no centro, utilizando o discurso sobre a moradia digna, que reivindica o direito à moradia no centro da cidade. Essa estratégia de mobilização, ou seja, o novo repertório do qual o movimento passou a lançar mão, trouxe muitas cisões em seu interior, como demonstram Tatagiba, Paterniani e Trindade (2012). Nesse sentido, pode-se notar que, a partir de novas experiências e das conseqüentes transformações das práticas e discursos do movimento (alterações em seu repertório), houve o estabelecimento de conflitos em seu interior que geraram rupturas. Assim, é possível novamente observar que, para se compreender a noção de repertório, é importante considerar que “ao mesmo tempo em que ele é apreendido do passado, é também constantemente transformado pelos atores do presente” (TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012, p. 401).

Por outro lado, Tarrow (2009) trabalha com a ideia de *repertório do confronto*, que é ao mesmo tempo um conceito estrutural e cultural, “envolvendo não apenas o que as pessoas fazem quando estão engajadas em um conflito com outros, mas o que elas sabem sobre como fazer e o que os outros esperam que façam” (TARROW, 2009, p. 51). O conceito de repertório, então, está diretamente vinculado às habilidades apreendidas por determinadas populações e atores ao longo de suas trajetórias históricas, conformando tradições e formas culturais específicas de ação e mobilização. É possível que o repertório mude com o tempo, mas apenas lentamente, dado o contexto histórico e as clivagens em que se constroem as formas de ação.

O repertório de confronto possui basicamente três caracteres, segundo Tarrow (2009, p. 138): violência, convenção e ruptura. A violência geralmente está limitada a pequenos grupos com poucos recursos e cujos objetivos são a produção de danos e prejuízos (a organizações ou pessoas, por exemplo). A convenção, por outro lado, cria uma maior possibilidade de diálogo entre as pessoas e as elites, que podem até mesmo aceitar ou facilitar as negociações. Entretanto, a convenção pode gerar falta de entusiasmo, uma vez que possui forte tendência à institucionalização e à criação de rotinas menos disruptivas. Por fim, a ruptura é capaz de quebrar o previsível, criando uma situação de insegurança e desorientação entre os espectadores e as elites, pelo menos por um tempo. É a partir da ruptura que surge grande parte das inovações do repertório e da capacidade de mobilização do movimento, porém sua instabilidade pode gerar violência ou, ainda, a rotinização na convenção.

O argumento defendido por Tarrow (2009) é o de que o engajamento das pessoas nos confrontos políticos está associado à mudança nos padrões de oportunidades e restrições políticas, o que nos leva à discussão sobre as estruturas de oportunidades políticas (EOP). A ideia das EOP é utilizada nas explicações de três dimensões dos movimentos sociais: seu surgimento, formatos organizacionais e resultados obtidos.

Como salienta Tarrow (2009), as estruturas de oportunidade política nos mostram os elementos que contribuíram para que os movimentos adquirissem maior capacidade de pressão contra o Estado. Fala-se em “oportunidade” porque, para o autor, a pressão exercida dura certo período de tempo – ou seja, os movimentos aproveitam brechas deixadas pelas elites e autoridades. Nesse sentido, é fundamental que seja mobilizado o conceito de “poder”, na medida em que é sua maior ou menor vulnerabilidade que vai balizar a oportunidade para os movimentos agirem. Na argumentação de McAdam (1999), as oportunidades

políticas ganham força quando há mudanças estruturais e ideológicas nos grupos que detêm o poder – político, principalmente.

Sob essa perspectiva, os movimentos surgem quando existem estruturas de oportunidades favoráveis, ou seja, a questão do contexto é crucial para se compreender melhor a ação coletiva. O repertório varia de acordo com o contexto e as oportunidades que este oferece, sejam elas no sentido de incentivar a ação ou constrangê-la. Como exemplo de variáveis explicativas que são importantes na definição de como os movimentos promoverão suas ações coletivas, podemos citar a capacidade de repressão estatal, o que remete à discussão em torno do regime político vigente (mais democrático e/ou permissivo; mais autoritário e repressor). Os aliados institucionais no poder (parlamentares, partidos etc.) também são outra variável que pode atuar sobre os movimentos sociais, definindo suas características e estratégias. Em suma, as EOP se referem aos impactos do meio institucional sobre a maneira como os movimentos articularão seus repertórios, a partir dos confrontos estabelecidos. Tais estruturas não são, pois, neutras em relação aos agentes sociais.

Além das problemáticas em torno da construção das estratégias de mobilização, os movimentos sociais encaram ainda o desafio de construir *frames*, outro conceito trazido pela TPP⁶. Os *frames* estão relacionados aos quadros e marcos interpretativos criados pelos movimentos, com o intuito de rotular experimentos e produzir uma determinada chave de leitura sobre si mesmos. Com o conceito de *frames*, é possível capturar o processo de atribuição dos significados da ação coletiva; ou dito de outra forma, de tentativas de produção e mobilização simbólicas (TARROW, 2009). Trata-se de uma recuperação discursiva dos movimentos, feita a partir do uso estratégico e instrumental da cultura pelos seus líderes, com o objetivo de facilitar a ativação da mobilização dos indivíduos na ação coletiva.

O *frame* possibilita a politização de eventos, ao transformar as mazelas diárias em problemas e questões sociais. Ele oferece o elemento diagnóstico: detectam os problemas e apontam os responsáveis. Por outro lado, eles também trazem consigo o elemento prognóstico: oferecem uma solução para as questões identificadas, propondo alternativas e lançando hipóteses (ou até mesmo soluções utópicas) sobre a forma de concebê-las. Os *frames*, portanto, ampliam a visão do possível na política.

⁶ Ao lado do repertório, o conceito de *frame* é a maneira com a qual a TPP procura incluir a dimensão da cultura em suas análises acerca dos movimentos sociais, avançando assim em relação à perspectiva determinista da TMR.

Os *frames* também estão relacionados à maneira como o movimento se apresenta para fora, ou seja, para os cidadãos em geral, a mídia ou as instituições políticas. Há um processo de alinhamento dos *frames*, no sentido de o movimento se afirmar perante a população que ele procura atrair. Eles encaram, então, um desafio: precisam ser simples e seletivos, mas ao mesmo tempo serem capazes de transmitir a mensagem da maneira como desejam. Ao relativizar por demais as problemáticas, o movimento corre o risco de não conseguir mobilizar e, ao mesmo tempo, pode ser mal compreendido na mensagem e nos simbolismos que deseja dar visão. Assim, os *frames* têm por objetivo e desafio conseguir simplificar a realidade, atribuindo as causas do problema social a um fator ou evento específico. Identificasse, nesta questão, um segundo desafio, na forma de dilema: se o movimento estiver conectado demais com as instituições e os grupos sociais que deseja conquistar, ele perde sua capacidade de confrontação política; por outro lado, se ele estiver muito distante da cultura local e não conseguir realizar pontes com “os de fora”, o grau de mobilização da população será baixo (FELTRAN, 2005).

Diante do exposto nesta seção, nota-se que é fundamental observar os impactos da política institucional sobre a ação dos movimentos, e vice-versa. McAdam (1999) detalha esta relação e nos mostra que a presença de aliados entre os membros da elite estatal traz maiores chances de se formar a oportunidade política. Contudo, Meyer (2004) faz uma ponderação pertinente: deve-se especificar quais embates políticos estamos analisando, sob quais contextos e, principalmente, a partir de quais coalizões de atores (coletivos ou individuais). Para o autor, muita confusão tem permeado os estudos que aplicam o conceito de “oportunidade política”, especialmente em sua operacionalização, gerando sobreposições e poucas comparações esclarecedoras entre os casos analisados. A palavra metodológica, portanto, é *desagregar* – não apenas os resultados que esperamos encontrar, mas sobretudo os atores e coalizões envolvidos nos processos políticos.

Nesse sentido, analisaremos o caso do MTD em Campinas-SP. O referencial teórico-conceitual desenvolvido nesta seção servirá de base para articularmos com a dimensão empírica, observada durante os trabalhos de campo e as entrevistas.

2 O MTD NO BRASIL

Formado por trabalhadores sem emprego dos bairros mais periféricos de Porto Alegre e possuindo o caráter dos conflitos de classe como norteador, o MTD surgiu em meados de 2000 (GOULART, 2003; MACHADO, 2009). De

modo geral, o movimento tem por objetivo mudar a realidade daqueles que constituem a classe explorada – que emerge na lógica capitalista neoliberal da década de 1990 – e que, por sua vez, formam sua base de atuação. Vale ressaltar que as pautas levantadas pelo movimento se referem não apenas ao problema do desemprego estrutural como também à precarização das condições de trabalho (subemprego) e de sobrevivência (fome, miséria, saneamento básico etc.).

O debate acerca do desemprego gira em torno desta categoria enquanto construção social. Primeiramente, cabe colocar o conceito de desemprego aqui adotado:

O desemprego não se define apenas por uma condição social objetiva (a privação de emprego), mas é também uma situação subjetiva (vivida de maneira variável pelos indivíduos) e também um estatuto reconhecido (enquadrado por instituições e regras). Ser desempregado [...] é uma condição que supõe uma dialética entre mecanismos socioeconômicos discriminantes, reivindicações individuais e lógicas institucionais (DEMAZIÈRE, 1995, p. 4).

Dessa maneira, a crítica é feita diretamente ao desemprego estrutural, consequência das clivagens de classe e das desigualdades inerentes ao modo de produção capitalista. Assim como no restante do mundo, no caso brasileiro o desemprego emerge num cenário de expansão do assalariamento e se acentua com as políticas neoliberais na década de 1990.

Ao articular este problema estrutural com os movimentos sociais, Leal (2011, p. 649) argumenta que, nos momentos em o desemprego parece reflexo temporário de uma crise, os “movimentos de desempregados podem ser agentes centrais da demanda por um sistema de regulação pública mais eficaz, sendo indicativos de que a condição de desempregado não é um estigma que desonra”. É sob esta perspectiva que o MTD se insere e ganha força no campo político.

No final dos anos 1990, a região metropolitana de Porto Alegre atravessou uma grave onda de desemprego. Naquele contexto, houve condições para que movimentos ligados à questão do trabalho e da reforma agrária se articulassem, criando novas formas de luta. Como resultado, os grupos mobilizaram a “Vigília contra o Desemprego” em diversos lugares da região metropolitana da capital gaúcha, que funcionou como uma espécie de fórum. Entretanto, foi na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 1999, quando a sub-comissão de emprego ligada à comissão de direitos humanos foi formada, que surgiu um espaço para os trabalhadores em situação de desemprego discutirem e relatarem sua condição (MACHADO, 2009; LEAL, 2011). Neste espaço, foram organizadas as estruturas para frentes de ação, que possibilitaram aos envolvidos pensar sobre os próprios objetivos e as formas como se articulavam.

Durante esse período, foram propostas as frentes emergenciais de trabalho, a fim de melhorar a condição de vida dos trabalhadores desempregados da região. Diante da rejeição da proposta pelos deputados, sob o argumento de que tal projeto acarretaria em um aumento dos gastos públicos, em 2000, incorporou-se à luta, movida pelo eixo “trabalho e teto” (MACHADO, 2009, p. 62), as estratégias das ocupações rurais e urbanas. Em 22 de maio do mesmo ano, 200 famílias ocuparam uma área em Gravataí/RS, destinada à empresa General Motors. Na mesma data, os trabalhadores desempregados, junto aos trabalhadores sem-terra, catadores, sindicatos e pastorais marcharam por 8 dias de Gravataí até o Palácio Piratini em Porto Alegre, no que denominaram “Marcha por Trabalho e Teto”. Olívio Neto, então governador do Rio Grande do Sul, durante esse encontro assegurou a criação do primeiro assentamento rururbano, o que foi considerado uma vitória para o movimento. Na mesma época, as frentes emergenciais de trabalho, antes denegadas, foram aprovadas (MACHADO, 2009, p. 62-63).

A partir de 2002, o MTD entendeu que se restringir apenas ao estado do Rio Grande do Sul não contemplaria os objetivos de ser uma forma de ferramenta de luta para os sem-trabalho. A luta se expandiu para outros estados da Federação, com um discurso cuja força motriz são os 3 “T”: Trabalho, Terra e Teto. Para Machado (2009):

Este projeto [assentamentos rururbanos] propõe *terra* para produzir comida de forma agroecológica e espaços para construir moradias dignas, capazes de acomodar todas as pessoas ao contrário do que acontece nas favelas, áreas verdes e até projetos de governos para casa populares. E, ainda, há espaços para o *trabalho* de grupos urbanos como, por exemplo, serralheria, ateliê [...] A forma de organizar as *moradias* é em agrovilas, com a infraestrutura necessária: casa, ruas, eletrificação, escola, posto de saúde, canchas de esporte e lazer. É uma ótima proposta para pessoas desempregadas (MACHADO, 2009, p. 65-66, grifos nossos).

Sob esses discursos, o MTD chegou à região Sudeste, em municípios como Campinas-SP e Rio de Janeiro-RJ. Em ambos os casos, os desafios para a criação de visibilidade e de articulação das lutas são constantes, segundo Leal (2011). Na seção a seguir, analisaremos o caso de Campinas e a acolhida deste movimento social.

3 MTD CAMPINAS E A OCUPAÇÃO JOANA D’ARC⁷

O MTD em Campinas inicia seu processo de construção em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). O objetivo desta

⁷ As informações desta seção foram obtidas com os entrevistados, associadas às observações dos autores.

interação entre MTD e MTST é trazer visibilidade para estes movimentos dentro dos estados da Federação mais populosos e nos quais existem regiões de inchaço metropolitano e industrial. A luta do movimento também gira em torno do padrão de segregação centro-periferia, no qual as classes média e alta concentram-se nos bairros centrais, legalizados e bem-equipados, enquanto os pobres estão localizados em regiões periféricas, quase sempre ilegais e de precária infraestrutura (saneamento básico, escolas, postos de saúde e trabalho) e difícil acesso às regiões centrais.

O MTD começa a atuar em Campinas em 2006, momento no qual alguns líderes se mudaram com objetivo de estudar o contexto socioeconômico local, priorizando a questão da moradia digna e do acesso à cidade, para posteriormente agir na região. O repertório do movimento envolvia – num primeiro momento – encontrar espaços nos centros das cidades para que pudessem formar ocupações para a atuação política do movimento. Assim, durante este período, o MTD acompanhou várias ocupações na cidade de Campinas em busca de conhecer melhor o centro e a periferia. Também o objetivo das lideranças do movimento era de encontrar terras da União em situação de abandono, visando seu uso social, por meio da construção de moradias dignas – uma das pautas por eles reivindicadas. Logo, desde o início o MTD coloca-se numa posição de questionamento das ações da *policy* (neste caso da Prefeitura de Campinas). O confronto político traçado pelo movimento era delineado por três *frames* centrais: (i) a reivindicação por melhores condições de vida na cidade para os trabalhadores, pois de acordo com o relato das lideranças não adiantava conseguir trabalho nos centros urbanos se o trabalhador tinha que gastar grande parte do seu dia se deslocando até seu local de trabalho; (ii) o questionamento do uso de terras da prefeitura, de acordo com o levantamento do movimento havia muitas áreas e terrenos da prefeitura que eram subutilizadas ou que estavam abandonadas; (iii) e a busca por um trabalho digno, nisso o movimento visava conseguir trabalhos formais que garantissem os direitos básicos do trabalhador.

Em Campinas, a ocupação Joana D'Arc se iniciou em novembro de 2012, após os líderes do movimento tomarem conhecimento do local no bairro Cidade Jardim e da situação do terreno, pertencente à União e que, como dito anteriormente, abrigava uma antiga plataforma do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), desativada em meados dos anos 1990. No final de 2013, faziam parte da ocupação uma média de 270 famílias que estavam alocadas em “barracos”, organizados por números e letras. Em 2018, o número subiu para cerca de 350.

Como apontamos acima, a TPP destaca que os movimentos giram em torno da coordenação de espaços de solidariedade e união dos integrantes.

Assim, na ocupação de Campinas os moradores desenvolveram um conjunto de atividades e ações. O intuito dos cursos e rodas de conversa que aconteciam na ocupação era de capacitar a força de trabalho daqueles que ali vivem, inserir as crianças da ocupação em escolas do bairro, bem como conscientizar politicamente os moradores do Joana D'Arc por meio do trabalho de base. Com tudo isso, o MTD pretende inseri-los no mercado de trabalho por duas vias: por um lado, capacitando efetivamente a sua mão de obra, com objetivo de evitar as situações de desemprego, e por outro lado, para que se desenvolva uma postura crítica e contestadora das relações de trabalho e de classe estabelecidas.

Assim, antes de tudo, a ocupação para o MTD é uma estratégia de *construção comunitária*, e de resistência perante as instituições do poder público que procuram desconstruir e deslegitimar a ocupação. Valendo-se da teoria do processo político, pode-se dizer que se trata de uma estratégia peculiar a uma estrutura de conflito existente. Não se trata de estabelecer embates diretos com o poder público a todo momento, mas de construir alternativas para a inserção social e econômica daqueles que reivindicam melhorias.

O confronto político do movimento ocorreu principalmente na arena governamental com a Prefeitura de Campinas que contava com o projeto do BRT (*Bus Rapid Transport*), que em tese deve perpassar a área da ocupação. Para além deste conflito com a prefeitura, houve ainda tensões com os moradores do bairro, que, após o crescimento do número de famílias na ocupação, sentiram-se incomodados com a situação. Eles alegam que a chegada da ocupação trouxe problemas como drogas e roubos, além de causar a desvalorização dos imóveis na região.

Nesse sentido, a articulação em torno do fim da ocupação aconteceu também por intermédio dos vizinhos, que junto ao poder público municipal visam à retomada da área e ao despejo dos moradores do local, segundo nos relatou Helena, moradora da ocupação. Os moradores da ocupação afirmaram, também, que vinham sofrendo constantes repressões, tanto por parte da vizinhança quanto da prefeitura. Nos relatos, eles apontam como forma de coação insultos, xingamentos e ironias. Já por parte do poder público, as pressões se dão principalmente por meio das rondas policiais cotidianas e de ameaças de despejo.

Segundo McAdam (1982), uma das características do conflito entre poder público e movimentos é a distinção entre aqueles que estão “dentro” e os que estão “fora” do sistema político e dos benefícios que surgem. Na situação relatada acima pelos entrevistados, fica claro que, no caso do MTD naquele contexto, havia pressões da vizinhança para que a ocupação fosse desfeita. Ou seja, ao constatar a dicotomia entre os *outsiders* e os *insiders*, é importante que se leve em consideração que não se trata de simplesmente separar, no primeiro caso, os

membros de movimentos sociais, e no segundo, os ocupantes de cargo político. Muitas vezes quem fará o papel de estabelecer a separação é a própria sociedade civil, por intermédio dos cidadãos que não reconhecem as lutas e os direitos de setores marginalizados.

A relação que o MTD estabeleceu com a Prefeitura de Campinas retrata que a arena governamental da cidade é pouco aberta à entrada de movimentos sociais na cidade. Os confrontos estabelecidos com os moradores da ocupação foram diretos, envolvendo pressão via ronda da polícia e retaliações com os moradores. Destaca-se que o Plano Habitacional da cidade não tinha como objetivo: universalizar o acesso à moradia digna, reduzir o déficit habitacional, reverter o processo de segregação sócio espacial, promover a requalificação urbanística e a regularização fundiária dos assentamentos precários, assim como erradicar as moradias de áreas consideradas impróprias. Grande parte do Plano era voltado às regulamentações do mercado imobiliário e às regras de construção. Com isso nota-se que os direitos sociais não estão presentes no Plano Habitacional da prefeitura, isso ampliou as estruturas de oportunidade do movimento quando havia iniciado suas movimentações na cidade.

Como pontua a vertente da TPP, o contexto enquanto variável explicativa é importante para se compreender a forma de atuação do MTD Campinas. Luiz, que está há bastante tempo no MTD, afirma que a política do município tem ação de caráter combativo frente à atuação dos movimentos sociais na cidade. O contexto de ação política desfavorável para os movimentos de moradia, como o MTD, era associado, também, aos eventos esportivos que na época ainda estavam por acontecer no Brasil. Isso porque um dos projetos pilotos desenvolvidos para a Copa do Mundo 2014 foi a melhoria do transporte público, por meio da implantação dos VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) e do BRT. Ou seja, as pressões em torno do MTD se intensificaram, uma vez que a área ocupada era de uma antiga plataforma de VLT que funcionou nos anos 1990, e que a então atual gestão da prefeitura pretendia reativar.

Porém, de acordo com a entrevista feita com Luiz, nota-se que o projeto do BRT foi apresentado posteriormente ao processo de ocupação deste local. Segundo ele, se o movimento tivesse conhecimento anteriormente deste projeto, eles teriam buscado outro lugar para efetivar a ocupação, pois o movimento é totalmente a favor da implementação de um melhor serviço de transporte público na cidade⁸.

⁸ Mais recentemente, o argumento da construção do BRT na região voltou a ser utilizado pelos órgãos governamentais, em especial a prefeitura, como justificativa para a desocupação das áreas do Joana D'Arc (COSTA, 2018).

No que concerne às interações com outros atores políticos, Luiz nos relata a existência de relações com partidos, porém não se configuram como uma submissão do movimento às questões partidárias, tampouco perda de autonomia de suas ações. Acerca desta aproximação, Feltran (2005) apresenta a existência da tensão entre autonomia e institucionalização no interior dos movimentos sociais, argumentando que o contato (inevitável) com os constrangimentos institucionais postos pelo Estado acabaria por retirar sua autonomia e capacidade transformadora. Do mesmo modo, há autores que alegam que os vícios institucionais (como corrupção, clientelismo e paternalismo), que acometem as instituições representativas formais devem ser evitados pelos movimentos, a fim de manterem preservada sua autonomia (REVISTA IDEIAS, 1999).

Luiz contou que a posição do MTD frente às instituições representativas é a mesma defendida pelos autores supracitados. Ele afirma que os partidos procuram se aproximar do movimento com o intuito de compartilhar projetos políticos semelhantes, o que pode ser positivo para sua atuação. Entretanto, ele foi enfático ao dizer que se aproximar dos partidos não significa perda de autonomia, nem tampouco submissão para com os representantes políticos. Com plena liberdade decisória, todas as deliberações do movimento são tomadas no âmbito interno.

O MTD ganhou relevância dentro de Campinas, por conta do tamanho da ocupação e dos acontecimentos recentes em torno da possibilidade de despejo e reintegração da posse da terra. Porém, um fator que pode agir sobre a questão da articulação dos movimentos em Campinas é a política hostil de setores imobiliários, contrários às ocupações e movimentos sociais que, em alguma medida, freiam os projetos de construção civil e a venda de terrenos na cidade que sejam direcionados para as classes populares. O posicionamento da Prefeitura de Campinas retrata a dificuldade que os membros do movimento encontram ao confrontar a *policy* que está pouco aberta ao processo de negociação de criar condições dignas de moradia nos centros urbanos.

Nesse sentido, tendo em vista este novo papel político do movimento, o esforço de ampliação do discurso e da mobilização acompanha também o desafio de conseguir se estruturar e se organizar internamente, para dar conta das novas demandas que surgem. A ocupação Joana D'Arc possui uma representação simbólica e política muito importante dentro do contexto de Campinas. Procurando caminhar nesta direção, os movimentos, no geral, vêm buscando ampliar sua atuação nos espaços públicos, bem como participar de forma mais efetiva na gestão dos interesses coletivos, juntamente ao Estado (REVISTA IDEIAS, 1999). O espaço público, local por excelência de atuação

dos movimentos sociais, intensifica o processo de democratização no tecido social, não se restringindo somente às instituições representativas. A participação dos movimentos nestes espaços de deliberação é crucial para a construção da cidadania, na medida em que insere sujeitos historicamente excluídos das políticas públicas e que são desassistidos pelos órgãos públicos.

No que concerne aos repertórios de ação e construção de redes, o MTD tem tentado atuar nos espaços públicos com objetivo de participar, de modo mais efetivo, da gestão dos interesses públicos em relação às políticas habitacionais. Em conjunto com seus apoiadores (instituições sociais, outros movimentos sociais e partidos), o movimento tem como repertório aumentar o diálogo com a prefeitura e criar resistência ficando presente na ocupação. Com isso, o repertório de confronto (TARROW, 2009) utilizado pelo movimento se pauta primeiramente em ações convencionais que buscam criar uma maior possibilidade de diálogo, tendo por objetivo facilitar a negociação com a administração pública da cidade e em segundo em continuar a ocupação, demonstrando a importância da resistência da ocupação no centro da cidade.

O MTD conseguiu que fosse realizado um debate público na câmara dos vereadores, a fim de encontrar soluções para os embates e tensões em torno da ocupação. O evento se caracterizou como um momento de diálogo institucional, dentro de espaços públicos – poder legislativo local. Outra ação feita pelo movimento em conjunto com seus apoiadores, visando alargar o apoio público à causa, foi a formulação de um manifesto no dia 23 de outubro de 2013 contra os despejos forçados, em defesa da ocupação Joana D’Arc e por uma política de habitação popular na cidade de Campinas. Cabe destacar também que foi formulada uma carta em outubro de 2013 para os moradores do bairro em volta, esclarecendo os motivos da ocupação e seus projetos futuros.

Em termos de *frame* e nos valendo das noções dos elementos diagnósticos e prognósticos, a respeito da visita à ocupação Joana D’Arc, pode-se notar que a luta deste movimento transcende a demanda por moradia digna: está inserida em um debate mais amplo sobre a questão da opressão do modo de produção e das relações constituídas pelo capitalismo neoliberal, e suas consequências em termos sociais. Especificamente sobre a questão da moradia, a principal pauta volta para a questão do direito não só à moradia, mas que seja também digna: ou seja, que possua condições básicas de vivência (saneamento básico, luz elétrica, água encanada, fácil acesso ao centro da cidade, dentre outros). No que tange aos elementos prognósticos, o MTD busca: repensar a questão da especulação imobiliária; conquistar a moradia digna e ampliar esta noção para além da mera posse da casa em regiões com infraestrutura urbana.

Em suma, trata-se de transformar as mazelas diárias em problemas e questões sociais, oferecendo projetos políticos alternativos concretos. Por exemplo, o MTD tem propostas de autonomia na construção de moradias, por meio das cooperativas no interior do próprio movimento. Assim, gera-se a consciência de que o cidadão pode construir a própria moradia, fugindo da especulação imobiliária e das grandes construtoras. Outro elemento prognóstico é a conscientização da classe trabalhadora e dos desempregados sobre o trabalho digno.

Em março de 2018, após diversas tentativas de desapropriação da área, como aquela observada no final de 2013, a ocupação chegou ao seu fim. Como informa Costa (2018), cerca de 350 famílias foram despejadas no primeiro semestre, sob o argumento da prefeitura de que a construção do BRT finalmente iria se iniciar. No entanto, de acordo com a Secretaria Municipal de Habitação, os cadastros dessas famílias foram e continuarão sendo atualizados, de modo a inclui-las nos programas de auxílio moradia – ainda que esta não seja a pauta central do movimento, segundo suas lideranças (HABITAÇÃO..., 2018).

De acordo com dados da Prefeitura de Campinas, o número de beneficiários do auxílio-moradia na cidade passou de 625, em janeiro de 2018, para 1027, em novembro (REMOÇÕES..., 2018). Muito do impulso para isso foi a desocupação do Joana D'Arc, em meio ao processo de desfavelização capitaneado pela administração municipal. Nesse sentido, é notável um crescimento do déficit habitacional na região, elevando ainda mais as pressões em torno de uma resposta efetiva do poder público para a questão.

O despejo de 350 famílias da ocupação Joana D'Arc demonstra a frágil relação que os atores do movimento têm com o órgão público na cidade de Campinas. Nem sempre a concepção dos movimentos sociais enquanto promotores de ganhos para cidadania e representação política consegue atingir seus objetivos finais. Neste caso, a luta por moradia digna em locais próximos ao centro ou do local de trabalho mobilizou um conjunto de atores a pressionar o órgão público para a utilização de terrenos que estavam, em grande medida, abandonados pela administração pública. Como destaca a TPP, a ação do MTD gerou um conflito com os interesses da prefeitura e do setor imobiliário, demonstrando como o conflito por direitos básicos está presente cotidianamente na relação entre os atores do movimento com os representantes políticos e administrativos.

CONCLUSÃO

Na TPP os movimentos sociais são encarados como desafiadore de sistemas políticos e de governos por reivindicarem direitos políticos, sociais e

econômicos. O MTD, a partir do cenário de déficit habitacional da cidade de Campinas para a população de baixa renda, observa um campo de atuação na cidade. Diante da situação, o movimento busca contestar a forma como as questões de interesse público relacionadas à moradia vêm sendo administradas pelos governos municipais. A ocupação, como repertório de ação coletiva, visa pressionar o poder público a se voltar para o problema. As redes de comunicação e articulação que vêm se constituindo trazem mais apoiadores, permitindo ao movimento ganhar notoriedade e evidência. Algumas ações institucionais foram feitas, constituindo-se em formas de estratégias de diálogo para com a Prefeitura, visando a manutenção da ocupação. Além disso, essas ações foram maneiras de tornar públicos os acontecimentos recentes, chamando a atenção para as causas do movimento. Neste sentido, confirmamos a hipótese de que o MTD ganhou força e relevância enquanto ator coletivo, a partir do diálogo e da pressão exercidos pelos atores perante a administração pública na cidade de Campinas.

A partir da ocupação Joana D'Arc, o MTD ganhou projeção enquanto movimento de moradia no município de Campinas, principalmente devido ao número de famílias que moram no local e da repercussão política que ganhou o possível despejo, no final de 2013. Contudo, atualmente a situação do Joana D'Arc se agravou, devido às obras de construção do BRT, que se iniciaram em 2017. O objetivo, na conjuntura de fins de 2018, foi realocar as 350 famílias desabrigadas, bem como assegurar seus nomes nos cadastros de assistência social e habitacional da Prefeitura – tanto a fila da COHAB quanto no recebimento do auxílio-moradia. Nesse sentido, a questão da especulação imobiliária na região e a falta de políticas que procurem proteger a classe trabalhadora da apropriação privada do espaço urbano voltam a ser problemas centrais na dinâmica do MTD-Campinas.

A literatura dos movimentos sociais e o diálogo com as lideranças e moradores apontam para a assimetria do poder em relação aos ativistas para com as autoridades e instituições (McADAM; TARROW; TILLY, 2009). Em grande medida, os movimentos sociais se desenvolvem dentro dos limites colocados pelas estruturas de oportunidade política. No caso do MTD, a ampliação e o fortalecimento do movimento aconteceram via diálogo e negociação com os órgãos públicos e também com a vizinhança. Apesar disto, houve um limite para o avanço da ocupação, traçado pelas pressões feitas tanto pelos vizinhos quanto pela prefeitura. Nota-se que o contexto da ocupação passou a atingir o planejamento urbano – construção do BRT – declarado pela administração do município, que utilizou da força e do aparato burocrático para despejar as famílias assentadas em 2018.

Tilly (1995) destaca que o processo de inibição e contenção da atuação dos movimentos sociais é presente nos diversos regimes políticos, embora existam grandes diferenças nas formas como os regimes atuam. A estratégia adotada no processo do MTD foi de, primeiramente, trabalhar pela desocupação da área, sob o argumento da construção do BRT e do projeto de desfavelização da cidade. Relatos dos moradores atestam que a opinião pública local, em geral, também não foi favorável à presença deles, contribuindo para que a retirada acontecesse seis anos após o início da ocupação. Nesse sentido, mecanismos burocráticos foram instrumentos centrais de coação.

A participação dos movimentos sociais de moradia nos espaços de tomada de decisão pública mostra-se um fator importante para a consolidação da cidadania e a democratização da sociedade, na medida em que insere sujeitos historicamente excluídos e desassistidos pelo poder público nas esferas públicas de poder como atores coletivos dotados de propostas políticas concretas. Mesmo em contextos críticos, como aquele que se verifica para o movimento em fins de 2018, é importante destacar suas ações de luta e reivindicação não apenas por moradia, mas também por condições de trabalho igualmente dignas.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- CAMPINAS. Secretaria Municipal de Habitação. **Plano Municipal de Habitação de Campinas**. Campinas: Secretaria Municipal de Habitação, 2011. 487 p. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/habitacao/plano-habitacao.php>. Acesso em: 30 jul. 2019.
- COSTA, M. Interesses empresariais põem fim à Ocupação Joana D'Arc em Campinas. **Brasil de Fato**, Campinas, 1 mar. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/01/interesses-empresariais-poem-fim-a-ocupacao-de-seis-anos-em-campinas/>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- DAGNINO, E. *et al.* **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP, 2006.
- DEMAZIÈRE, D. **Sociologie du chômage**. Paris: La Découverte, 1995.
- FELTRAN, G. **Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Fapesp, 2005. p. 21-61.
- GOULART, P. M. Sem medo do desemprego: o caso do movimento dos trabalhadores desempregados. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 137-160, 2003.

HABITAÇÃO atualiza cadastro de famílias da Ocupação Joana D'Arc. **Prefeitura de Campinas**, Campinas, 25 jan. 2018. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=33441>. Acesso em: 30 jul. 2019.

LEAL, G. F. Trabalhadores desempregados e luta coletiva: dificuldades e possibilidades. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 647-662, 2011.

MACHADO, R. C. F. **Demitidos da vida**: quem são os sujeitos da base do movimento dos trabalhadores desempregados? 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

McADAM, D. **Political process and the development of black insurgency 1930-1970**. Chicago/London: Chicago Press, 1982. p. 36-59.

McADAM, D. Orígenes terminológicos, problemas actuales, futuras líneas de investigación. *In*: McADAM, D.; McCARTHY, J.; ZALD, M. (Eds.). **Movimientos sociales**: perspectivas comparadas. Madrid: Istmo, 1999. p. 49-70.

McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009.

MEYER, D. Protest and political opportunity. **Annu. Rev. Sociol.**, Palo Alto (EUA), n. 30, p. 125-145, 2004.

REMOÇÕES de famílias por obras aumentam em 64% o número do auxílio moradia em Campinas. **G 1**, Campinas, 10 dez. 2018. Disponível em: Acesso em: 30 jul. 2019.

REVISTA IDEIAS. Campinas: UNICAMP, v. 5, n. 2, p. 7-122, 1999.

TARROW, S. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TARROW, S. Contentious politics. *In*: DELLA PORTA, D.; DIANI, M. (Orgs.). **The oxford handbook of social movements**. Oxford: UP, 2015.

TATAGIBA, L.; PATERNIANI, S. Z.; TRINDADE, T. A. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, p. 399-426, 2012.

TILLY, C. Contentious repertoires in Great Britain. *In*: MARK, T. (Ed.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham: Duke University Press, 1995.

TILLY, C.; TARROW, S. **Contentious politics**. London: Paradigm Publishers, 2007.

Texto submetido à Revista em 24.07.2018

Aceito para publicação em 04.03.2019